



## PODER EXECUTIVO

**GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER**  
PREFEITO MUNICIPAL

**ZAQUEU TEIXEIRA**  
VICE-PREFEITO

**JOÃO BATISTA THOMÉ BARRA**  
SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE

**CLEIVERSON OLIVEIRA CHAGAS**  
SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGICOS

**DAYANE LOPES OLIVEIRA ARAGOSO**  
SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS E GESTÃO DE CONVÊNIOS

**GRACIELLE GISLENE OLIVEIRA DA SILVEIRA DA SILVA**  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**SANDRO ROGÉRIO VIEIRA RIBEIRO**  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**JEFFERSON DIAS DA SILVA**  
SECRETARIA MUN. DE GOVERNO

**LEANDRO MACHADO CARDOSO**  
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

**ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ALEX DA CONCEIÇÃO BINOTI**  
SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

**ALAN DA CONCEIÇÃO BINOTI**  
SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO

**MARIA BETANIA PESSOA DE PAIVA**  
SECRETARIA MUN. DE SAÚDE

**ANDRÉ LUIZ MONSORES DE ASSUMPTÃO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**RÔMULO FERREIRA SALES**  
SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO

**JOAMILTON ORNELAS FONTES PEREIRA**  
SECRETARIA MUN. DE DESENV. RURAL E AGRICULTURA

**RAPHAEL SILVA DE FARIA ATTÍE**  
SECRETARIA MUN. DE URBANISMO

**MARCELO SANTOS DE MATOS**  
SECRETARIA MUN. DO AMBIENTE E DEFESA DOS ANIMAIS

**CRISTINA REMANN DA SILVA OLIVEIRA**  
SECRETARIA MUN. DE OBRAS

**JOSE RIBAMAR DE LIMA**  
SECRETARIO MUN. DE HABITAÇÃO

**PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA**  
SECRETARIO MUN. DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

**EDUARDO LOPES BARBOSA**  
SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**CRISTIANE LÔBO LAMARÃO SILVA**  
SECRETARIA MUN. DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

**CRISTIANO PINTO DE MACEDO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE

**JEFFERSON OLIVEIRA FERREIRA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

**FELIPE SOARES LAUREANO**  
SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

**LEONARDO CORREIA RABELLO**  
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

**NORBERTO DE ANDRADE FERREIRA (RESPONDENDO)**  
SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER

**PAULO SALVADOR DE SOUZA BASTOS**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

**JEFFERSON PEREIRA DA SILVA**  
PREVIQUEIMADOS

**JOSÉ APARÍCIO DONO**  
CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

**MARCOS FELIPE SOUZA DE LIMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

## SUMÁRIO

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

Atos do Prefeito.....	2
Atos do Secretário Municipal de Administração.....	3
Atos do Secretário Municipal de Educação.....	4
Atos da Secretária Municipal de Saúde.....	6
Atos do Secretário Municipal de Transporte e Trânsito.....	7
Atos do Secretário Municipal de Assistência Social.....	7
Atos da Junta Administrativa de Recurso de Infrações.....	8

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

.....	8
-------	---

## PODER LEGISLATIVO

### CÂMARA DOS VEREADORES

**THOMAS JEFFERSON ALVES**  
PRESIDENTE

CARLOS ROGÉRIO COSTA DOS SANTOS  
CINTIA BATISTA DE OLIVEIRA MENDONÇA  
CRISTIANO ROSA DE OLIVEIRA  
FELIPE DE OLIVEIRA CARVALHO  
FRANCOIS DE OLIVEIRA FREITAS  
JACKSON DA SILVA COELHO  
JOÃO PEDRO LEMOS  
JULIO CESAR ALMEIDA COIMBRA  
LUIZ FELIPP CASTELANO  
NILTON MOREIRA CAVALCANTE  
PAULO BERNARDO DA SILVA JUNIOR  
PAULO BEZERRA RODRIGUES JR  
PAULO CESAR PIRES DE ANDRADE  
PAULO VICTOR BONINI VIANNA  
RENAN HENRIQUE DO NASCIMENTO  
WILSON ESPERIDIÃO PIMENTA SAMPAIO

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 2

Atos do Prefeito

DECRETO N.º 3267/2025 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R\$ 5.700,00 (Cinco mil e Setecentos reais) para criar elemento de despesa e atender insuficiência de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Obras, com fulcro no art. 41, I da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - A abertura do presente crédito adicional suplementar por este decreto está autorizada no art. 42 da Lei nº 4.320/64, nos artigos 09 e 13 da Lei nº 1824 de 2024 e processo administrativo nº 6281/2025-E.

Art. 3º - O presente crédito adicional suplementar será aberto com fulcro no artigo 43, § 1º, III da Lei nº 4.320/64, conforme o programa constante do Anexo deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER**

**P R E F E I T O**

**ANEXO I**

CONTA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
4179	20101.04.122.0001.2.000	33.90.33.01	500	R\$ 4.400,00	
4184	24101.04.122.0001.2.000	33.90.39.94	500	R\$ 1.300,00	
CRIAR	33101.04.122.0001.2.000	33.90.39.94	500		R\$ 1.300,00
CRIAR	33101.04.122.0001.2.000	33.90.33.01	500		R\$ 4.400,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 5.700,00</b>	<b>R\$ 5.700,00</b>

FONTE: 500 – Impostos e Transf.

DECRETO N.º 3268/2025 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais) para atender insuficiência de dotação orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Administração, com fulcro no art. 41, I da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - A abertura do presente crédito adicional suplementar por este decreto está autorizada no art. 42 da Lei nº 4.320/64, nos artigos 09 e 13 da Lei nº 1824 de 2024 e processo administrativo nº 6233/2025-E.

Art. 3º - O presente crédito adicional suplementar será aberto com fulcro no artigo 43, § 1º, III da Lei nº 4.320/64, conforme o programa constante do Anexo deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER**

**P R E F E I T O**

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 3

ANEXO I

CONTA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	ANULA	SUPLEMENTA
1012	26101.23.661.0008.1.565	33.90.39.00	500	R\$ 10.000,00	
1014	26101.23.691.0008.1.120	33.90.39.00	500	R\$ 10.000,00	
4281	26101.04.122.0001.2.000	33.90.30.94	500		R\$ 20.000,00
4130	24101.04.122.0001.2.024	33.90.39.17	500	R\$ 100.000,00	
4137	24101.04.122.0001.2.024	33.90.37.00	500	R\$ 100.000,00	
2940	24101.04.122.0001.2.000	33.90.30.01	500		R\$ 100.000,00
2978	24101.04.122.0001.2.000	33.90.39.26	500		R\$ 100.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 220.000,00</b>	<b>R\$ 220.000,00</b>

FONTES: 500 – Impostos e Transf.

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**PORTARIA Nº 2336/GAP/25. LOTAR** a servidora **BARBARA CARIOCA DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 12526/01, Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - **SEMCONSESP**, a contar de 04/09/2025.

**PORTARIA N.º 2337/GAP/25. SUSPENDER** por necessidade de serviço o período concessivo de gozo das férias compreendidas entre os dias 15/09/2025 à 29/09/2025 do servidor **HUGO RIBEIRO PAES LEME**, Assessor Operacional de Controle Interno, CGM, matrícula nº 15266/01, fixando o próximo período para 06/10/2025 à 20/10/2025.

**PORTARIA Nº 2338/GAP/25. SUSPENDER** por necessidade de serviço o período concessivo de gozo das férias compreendidas entre os dias 15/09/2025 à 29/09/2025 da servidora **SANDRO ROGÉRIO VIEIRA RIBEIRO**, Controlador Geral do Município, CGM, matrícula nº 14353/01, fixando o próximo período para 03/11/2025 à 17/11/2025.

**PORTARIA Nº 2339/GAP/25. EXONERAR** a servidora **ANA CAROLINA COUTO COSTA**, matrícula nº 17008/01, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo CC2, da Secretaria Municipal de Habitação - **SEMUHAB**, a contar de 05/09/2025.

**PORTARIA Nº 2340/GAP/25. EXONERAR** o servidor **RIAN PEREIRA DELAIA**, matrícula nº 16650/01, do cargo em comissão de Coordenador da Divisão de Administração de Planejamento, Símbolo CC4, da Secretaria Municipal de Saúde - **SEMUS**, a contar de 05/09/2025.

**PORTARIA Nº 2341/GAP/25. NOMEAR JEAN LUCAS PEREIRA DA SILVA**, no cargo em comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo CC2, na Secretaria Municipal de Habitação - **SEMUHAB**, a contar de 05/09/2025.

\* ERRATA: PUBLICADO NO DOQ 161/25 DE 28/08/2025.

Onde se lê.: **PORTARIA Nº 2298/GAP/25. NOMEAR ALESSANDRA LOPES MEIRELLES**, no cargo em comissão de Assessor Técnico, Símbolo CC2, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania - **SEMDEHPROC**, a contar de 29/08/2025.

Leia-se.: **PORTARIA Nº 2298/GAP/25. NOMEAR LESSANDRA LOPES MEIRELLES**, no cargo em comissão de Assessor Técnico, Símbolo CC2, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania - **SEMDEHPROC**, a contar de 29/08/2025.

\* ERRATA: PUBLICADO NO DOQ 164/25 DE 02/09/2025.

Onde se lê.: **PORTARIA Nº 2332/GAP/25. NOMEAR PALOMA DA SIVA**, no cargo em comissão de Assessor de Expediente e Atendimento, Símbolo CC5, na Secretaria Municipal de Saúde – **SEMUS**, a contar de 03/09/2025.

Leia-se.: **PORTARIA Nº 2332/GAP/25. NOMEAR PALOMA DA SILVA**, no cargo em comissão de Assessor de Expediente e Atendimento, Símbolo CC5, na Secretaria Municipal de Saúde – **SEMUS**, a contar de 03/09/2025.

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER  
Prefeito

Atos do Secretário Municipal de Administração

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**ATO SEMAD Nº 65/SEMAD/25** – Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **CAMILA DOS SANTOS**, matrícula nº 15906/01, Orientador Educacional - **SEMED**, no período: 06/08/2025 à 04/09/2025 em virtude de licença maternidade, através do processo Nº3632/2025-E.

**ATO SEMAD Nº 66/SEMAD/25** – Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **CARLOS EDUARDO MIRANDA DA SILVA**, matrículas nº 7612/01 e 11244/01, Professor II - **SEMED**, no período: 18/08/2025 à 29/08/2025 em virtude de licença médica, através do processo Nº7620/2024-E.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 4

**ATO SEMAD Nº 67/SEMAD/25** – Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **MARCIA LAZARI ALVES FRANÇA**, matrícula nº 2562/31, Aux Serv Ger Educação - SEMED, no período: 01/07/2025 à 14/07/2025 em virtude de licença médica, através do processo Nº3073/2024-E.

**ATO SEMAD Nº 68/SEMAD/25** – Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **DULCINEIA CARLINO FERREIRA**, matrícula nº 11047/01, Professor II - SEMED, no período: 15/09/2025 à 30/09/2025 em virtude de licença médica, através do processo Nº5815/2025-E.

**ATO SEMAD Nº 69/SEMAD/25** – Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **MARCIA FERREIRA SOARES MACHADO**, matrícula nº 5418/61, Psicólogo - SEMUS, no período: 03/11/2025 à 10/11/2025 em virtude de licença médica, através do processo Nº5546/2025-E.

**ATO SEMAD Nº 70/SEMAD/25** – Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **CARLA AMBROSIO DOS SANTOS**, matrícula nº 5001/61, Professor II - SEMED, no período: 01/10/2025 à 30/10/2025 em virtude de licença médica, através do processo Nº3051/2025-E.

**ATO SEMAD Nº 71/SEMAD/25** – Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **JULIA DE CARVALHO HEUSER**, matrícula nº 15619/01, Professor II - SEMED, no período: 01/10/2025 à 30/10/2025 em virtude de licença Maternidade, através do processo Nº5090/2025-E.

**ATO SEMAD Nº 72/SEMAD/25** – Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **VANESSA RANGEL BENTO**, matrícula nº 4593/41, Professor II - SEMED, no período: 13/10/2025 à 11/11/2025 em virtude de licença médica, através do processo Nº1339/2025-E.

**ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Administração  
Matrícula nº 15218/01

**Atos do Secretário Municipal de Educação**

**ATO Nº101 /SEMED/2025.**

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar 103/2025, de 12 de março de 2025, e no Decreto nº 2995, de 19 de outubro de 2023, considerando a autorização exarada no processo administrativo nº 6463/2024-E.

**RESOLVE:**

**CONTRATAR** os profissionais abaixo relacionados, pelo período de 5 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias, com início a partir de 13/08/2025 e término em 07/02/2026.

PROFESSOR I – LINGUA PORTUGUESA	SHIRLENE SANTOS MOURA
PROFESSOR I - MATEMATICA	PATRICIA PEREIRA CARVALHO
PROFESSOR I – LINGUA PORTUGUESA	CATIA CRISTINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
PROFESSOR I – LINGUA PORTUGUESA	SUELEN DUARTE PAULA DOS SANTOS
PROFESSOR II	ERIKA FERNANDES SANTIAGO

**CONTRATAR** os profissionais abaixo relacionados, pelo período de 5 (cinco) meses e 13 (treze) dias, com início a partir de 25/08/2025 e término em 07/02/2026.

PROFESSOR II	RAYANE MEDEIROS ROSA
--------------	----------------------

**ANDRÉ LUIZ MONSORES ASSUMÇÃO**  
Secretário Municipal de Educação  
Matrícula 14231/01

**EXTRATO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL SEMED/2025**

Instrumento nº 173/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 1294 a 1301 do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 006/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, CRFB, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, decreto (s) Nº 216/00 e 2.995 de 19 de outubro de 2023. Processo administrativo Nº 6463/2024-E. Partes: Município de Queimados e SHIRLENE SANTOS MOURA, Função: Professor I. Remuneração: R\$ 3.059,56 (Três mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) por mês. Carga Horária: 16 h. Prazo de 5 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias com início a partir de 13/08/2025 e término em 07/02/2026.

Instrumento nº 174/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 1302 a 1309 do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 006/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, CRFB, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, decreto (s) Nº 216/00 e 2.995 de 19 de outubro de 2023. Processo administrativo Nº 6463/2024-E. Partes: Município de Queimados e PATRICIA PEREIRA CARVALHO, Função: Professor I. Remuneração: R\$ 3.059,56 (Três mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) por mês. Carga Horária: 16 h. Prazo de 5 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias com início a partir de 13/08/2025 e término em 07/02/2026.

Instrumento nº 175/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 1310 a 1317 do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 006/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, CRFB, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, decreto (s) Nº 216/00 e 2.995 de 19 de outubro de 2023. Processo administrativo Nº 6463/2024-E. Partes: Município de Queimados e CATIA CRISTINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 5

Função: Professor I. Remuneração: R\$ 3.059,56 (Três mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) por mês. Carga Horária: 16 h. Prazo de 5 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias com início a partir de 13/08/2025 e término em 07/02/2026.

Instrumento nº 176/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 1318 a 1325 do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 006/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, CRFB, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, decreto (s) Nº 216/00 e 2.995 de 19 de outubro de 2023. Processo administrativo Nº 6463/2024-E. Partes: Município de Queimados e SUELEN DUARTE PAULA DOS SANTOS, Função: Professor I. Remuneração: R\$ 3.059,56 (Três mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) por mês. Carga Horária: 16 h. Prazo de 5 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias com início a partir de 13/08/2025 e término em 07/02/2026.

Instrumento nº 177/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 1326 a 1333 do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 006/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, CRFB, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, decreto (s) Nº 216/00 e 2.995 de 19 de outubro de 2023. Processo administrativo Nº 6463/2024-E. Partes: Município de Queimados e ERIKA FERNANDES SANTIAGO, Função: Professor II. Remuneração: R\$ 2.172,65 (Dois mil cento e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) por mês. Carga Horária: 22 h.e 30 min. Prazo de 5 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias com início a partir de 13/08/2025 e término em 07/02/2026.

Instrumento nº 178/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 1334 a 1341 do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 006/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, CRFB, c/c artigo 2º, §1º da lei nº

452/99, decreto (s) Nº 216/00 e 2.995 de 19 de outubro de 2023. Processo administrativo Nº 6463/2024-E. Partes: Município de Queimados e RAYANE MEDEIROS ROSA, Função: Professor II. Remuneração: R\$ 2.172,65 (Dois mil cento e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) por mês. Carga Horária: 22 h.e 30 min. Prazo de 5 (cinco) meses e 13 (treze) dias com início a partir de 25/08/2025 e término em 07/02/2026.

ANDRÉ LUIZ MONSORES ASSUMPÇÃO  
Secretário Municipal de Educação  
Matrícula 14231/01

ATO Nº102/SEMED/2025

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar 103/25, de 12 de março de 2025 e no Decreto nº. 3178 de 21 de janeiro de 2025 e autorização exarada no Processo Administrativo nº. 6594/2024-E, para Oficineiros.

RESOLVE:

CONTRATAR os profissionais abaixo relacionados, pelo período de 6 MESES com início em 13/08/2025 e término em 13/02/2026.

RECREAÇÃO	MYKE CARLOS DA SILVA COSTA
DESENHO E PINTURA	PATRICIA DO NASCIMENTO SIMAS
RECREAÇÃO	KELLY MONIQUE NASCIMENTO COTTA
CAPOEIRA	CLEZIEME VIANA RAMALHO
INICIAÇÃO CIENTIFICA	VANESSA DE OLIVEIRA AMARAL AMORIM
ROBOTICA	LUAN MONTEIRO DA FONSECA
ROBOTICA	PAULO RENATO FREITAS BELLO

ANDRÉ LUIZ MONSORES ASSUMPÇÃO  
Secretário Municipal de Educação  
Matrícula 14231/01

EXTRATO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL SEMED/2025

Instrumento nº 070/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 498 a 505, do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 003/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, Decreto nº. 3178 de 21 de janeiro de 2025. Processo administrativo Nº6594/2024-E para oficineiros. Partes: **Município de Queimados e MIKE CARLOS DA SILVA COSTA**, Função: recreação. Remuneração: R\$ 22,00 / h (vinte e dois reais por hora). Carga Horária: 180h mensal. Prazo de 6 meses, a contar de 13/08/2025 e término em 13/02/2026.

EXTRATO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL SEMED/2025

Instrumento nº 071/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 506 a 513, do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 003/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, Decreto nº. 3178 de 21 de janeiro de 2025. Processo administrativo Nº6594/2024-E para oficineiros. Partes: **Município de Queimados e PATRICIA DO NASCIMENTO SIMAS**, Função: desenho e pintura. Remuneração: R\$ 22,00 / h (vinte e dois reais por hora). Carga Horária: 180h mensal. Prazo de 6 meses, a contar de 13/08/2025 e término em 13/02/2026.

EXTRATO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL SEMED/2025

Instrumento nº 072/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 514 a 521, do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 003/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, Decreto nº. 3178 de 21 de janeiro de 2025. Processo administrativo Nº6594/2024-E para oficineiros. Partes: **Município de Queimados e KELLY MONIQUE NASCIMENTO COTTA**, Função: recreação. Remuneração: R\$ 22,00 / h (vinte e dois reais por hora). Carga Horária: 180h mensal. Prazo de 6 meses, a contar de 13/08/2025 e término em 13/02/2026.

EXTRATO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL SEMED/2025

Instrumento nº 073/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 522 a 529, do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 003/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, Decreto nº. 3178 de 21 de janeiro de 2025. Processo administrativo Nº6594/2024-E para oficineiros. Partes: **Município de Queimados e CLEZIEME VIANA RAMALHO**, Função: capoeira. Remuneração: R\$ 22,00 / h (vinte e dois reais por hora). Carga Horária: 180h mensal. Prazo de 6 meses, a contar de 13/08/2025 e término em 13/02/2026.

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**  
**ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

**D.O.Q.**

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



**Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 6**

**EXTRATO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL SEMED/2025**

Instrumento nº 074/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 530 a 537, do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 003/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, Decreto nº. 3178 de 21 de janeiro de 2025. Processo administrativo Nº6594/2024-E para oficineiros. Partes: **Município de Queimados e VANESSA DE OLIVEIRA AMARAL AMORIM**, Função: iniciação científica. Remuneração: R\$ 22,00 / h (vinte e dois reais por hora). Carga Horária: 90h mensal. Prazo de 6 meses, a contar de 13/08/2025 e término em 13/02/2026.

**EXTRATO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL SEMED/2025**

Instrumento nº 075/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 538 a 545, do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 003/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, Decreto nº. 3178 de 21 de janeiro de 2025. Processo administrativo Nº6594/2024-E para oficineiros. Partes: **Município de Queimados e LUAN MONTEIRO DA FONSECA**, Função: robótica. Remuneração: R\$ 22,00 / h (vinte e dois reais por hora). Carga Horária: 180h mensal. Prazo de 6 meses, a contar de 13/08/2025 e término em 13/02/2026.

**EXTRATO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL SEMED/2025**

Instrumento nº 076/25 CTP: Termo de Contrato de pessoal arquivado às folhas 546 a 553, do livro de Contratação de Pessoal por Tempo Determinado nº 003/2025, celebrado na forma do artigo 37, IX, c/c artigo 2º, §1º da lei nº 452/99, Decreto nº. 3178 de 21 de janeiro de 2025. Processo administrativo Nº6594/2024-E para oficineiros. Partes: **Município de Queimados e PAULO RENATO FREITAS BELLO**, Função: robótica. Remuneração: R\$ 22,00 / h (vinte e dois reais por hora). Carga Horária: 180h mensal. Prazo de 6 meses, a contar de 13/08/2025 e término em 13/02/2026.

**ANDRÉ LUIZ MONSORES ASSUMPÇÃO**

Secretário Municipal de Educação  
Matrícula 14231/01

**Atos da Secretária Municipal de Saúde**

**PORTARIA Nº 13/SEMUS/2025, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.**

**Habilita no âmbito do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), os estabelecimentos da Gestão Municipal**

A Secretária de Saúde do Município de Queimados, no uso de suas atribuições legais e conceituando a habilitação dos estabelecimentos municipais para aderir no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada - Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE) de acordo com o Plano de Ação Regional da Região Metropolitana 1 do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando a Portaria GM/MS 3.492, de 8 de abril de 2024, que institui o Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria SAES/MS n.º 1640, de 07 de maio de 2024, que regulamenta a operacionalização do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE);

Considerando a Portaria SAES/MS n.º 1821, de 11 de junho de 2024, que inclui Grupo, atributos e regras condicionadas na Tabela de Procedimentos SUS, no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada;

Considerando a Portaria SAES/MS n.º 1822, de 11 de junho de 2024, que inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos e atributos e compatibilidade na Tabela de procedimentos SUS, no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em Cardiologia;

Considerando a Portaria SAES/MS n.º 1823, de 11 de junho de 2024, que inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos e atributos e compatibilidade na Tabela de procedimentos SUS, no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em Ortopedia;

Considerando a Portaria SAES/MS n.º 1824, de 11 de junho de 2024, que inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos e atributos e compatibilidade na Tabela de procedimentos SUS, no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em Oncologia;

Considerando a Portaria SAES/MS n.º 1825, de 11 de junho de 2024, que inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos e atributos e compatibilidade na Tabela de procedimentos SUS, no

âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em Otorrinolaringologia;

Considerando a Portaria SAES/MS Nº 1.826, de 11 de junho de 2024 que inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos e atributos e compatibilidade na Tabela de procedimentos SUS, no

âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em Oftalmologia;

Considerando a Deliberação CIB RJ Nº 9146 de 18 de dezembro de 2024 que referenda a Deliberação conjunta Ad Referendum CIB RJ Nº 806 de 17 de dezembro de 2024 que pactua, conforme o Anexo I, os Planos de Ação das regiões da Baixada Litorânea, Centro Sul Fluminense, Médio Paraíba, Noroeste Fluminense e Metropolitana 1, do Programa Mais Acesso a Especialistas - PMAE, com a proposta de programação assistencial das Ofertas de Cuidado Integral - OCIs, assim como a Proposta de utilização dos recursos de Incentivo à Implementação das Ações e Estratégias do Programa Mais Acesso a Especialistas;

Considerando a Portaria GM/MS Nº 6.392, de 28 de dezembro de 2024 que distribui recursos para as Regiões de Saúde do Rio de Janeiro referente ao Planos de Ações Regionais do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 7

Resolve:

Art.1 – Ficam habilitados no código 38.01 – Programa Mais Acesso a Especialistas, os estabelecimentos de saúde descritos no Anexo a esta Portaria contemplados nos Plano de ação Regional, pelo gestor local, para execução dos procedimentos relacionados ao PMAE, no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Art. 2 - Os estabelecimentos habilitados ficam obrigados a registrar no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do serviço/classificação: 170 – Comissões e Comitês/002 – Núcleo de Gestão do Cuidado (NGC).

Art.3. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Queimados, 05 de setembro de 2025.

**Maria Betânia Pessoa de Paiva**  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula – 9491/94

**ANEXO 1**

Gestão	CNES	Instituição
MUNICIPAL	6794602	CETHID CENTRO DE ESPECIALIDADES NO TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO E DIABETES

**Atos do Secretário Municipal de Transporte e Trânsito**

PORTARIA Nº 040/SEMUTTRAN/25, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E VALIDAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - SEMUTTRAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO – SEMUTTRAN, no uso de suas atribuições legais.

Considerando que a Administração Pública sempre que possível deve adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos e convênios públicos;

Considerando que o dever da Administração Pública de acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução dos contratos vigentes, bem como a execução de obras e serviços de interesse público;

Considerando o disposto nos artigos 67 da lei nº. 8.666/93, artigo 6º, inciso L, art. 7º, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, nos Decretos Municipais nº. 2.595/21, de 13 de janeiro de 2021 e Decreto Municipal nº. 2812, de 21 de julho de 2022.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os membros para recomposição da Comissão Especial Acompanhamento, Fiscalização e Validação da Execução de Contratos e Convênios públicos no âmbito da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito – SEMUTTRAN, são eles:

NOME	MAT.
ANDREA BARCELOS SILVA	14.305/01
MARCIO RODRIGO CAMPOS DA SILVA	14.750/01
WAGNER FRANCO MUNIZ	16.602/01

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

**LEONARDO CORREIA RABELLO**  
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito  
MAT. Nº. 14.339/01

**Atos do Secretário Municipal de Assistência Social**

**EXTRATO DE CONTRATOS, CONVÊNIO E SIMILARES**

Instrumento 08/2025, celebrado em 05/09/2025. Arquivado às fls.25/27 no livro 01/25. Partes: MUNICÍPIO DE QUEIMADOS, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social Sr. EDUARDO LOPES BARBOSA e os locadores Sr. SILVIO LUIZ DE MORAES NORMANDIA e Sra. ELIETE RIBEIRO MELLO NORMANDIA, já qualificados nos autos, tornam público o presente Termo de Ajuste e Reconhecimento de Dívida referente a quitação dos aluguéis do imóvel localizado na Estrada do Riachão, Lote 05, Quadra 01, Jardim do Trevo, Queimados/RJ, durante o período de 08 de setembro de 2024 a 09 de abril de 2025, referente a locação onde funciona o Equipamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, sem cobertura contratual, no valor de R\$ R\$13.671,88 (treze mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos). Programa de Trabalho 000.45101.08.245.0244.4.504.339036000, Fonte 660 e Elemento de Despesa 3.3.90.36.00.00.

**Eduardo Lopes Barbosa**  
Secretário Municipal de Assistência Social  
Matrícula: 16.122/01

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**  
**ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

**D.O.Q.**

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



**Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 8**

**Atos da Junta Administrativa de Recurso de Infrações**

**ATO Nº 66/JARI/25, DE 16 DE JULHO DE 2025.**

A Junta Administrativa de Recurso de Infrações - **JARI**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº400/99;

Considerando o Artigo 17 da Lei Federal nº 9.503/97 – CTB; e considerando o art. 12, do Decreto nº 186/99 - Regimento Interno da JARI;

**RESOLVE:**

**Art.1º** A junta Administrativa de Recursos de Infrações reuniu-se na Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMUTTRAN, situada na Rua Hernani, 372 – Vila do Tinguá - Queimados / RJ e julgou os seguintes processos:

<b>JARI SESSÃO DIA 03/07/2025</b>			
<b>Nº PROCESSO</b>	<b>Nº NOTIFICAÇÃO</b>	<b>NOME DO REQUERENTE</b>	<b>JULGAMENTO</b>
E09/000302/2025	Q28594857	-	DEFERIDO
E09/000303/2025	Q28594702	-	DEFERIDO
E09/000301/2025	Q28594709	-	DEFERIDO
<b>JARI SESSÃO DIA 07/07/2025</b>			
<b>Nº PROCESSO</b>	<b>Nº NOTIFICAÇÃO</b>	<b>NOME DO REQUERENTE</b>	<b>JULGAMENTO</b>
E09/000300/2025	Q28594734	-	DEFERIDO
E09/000308/2025	Q28593825	-	INDEFERIDO
E09/000307/2025	Q28593807	-	INDEFERIDO
<b>JARI SESSÃO DIA 09/07/2025</b>			
<b>Nº PROCESSO</b>	<b>Nº NOTIFICAÇÃO</b>	<b>NOME DO REQUERENTE</b>	<b>JULGAMENTO</b>
E09/000309/2025	Q28593806	-	INDEFERIDO
E09/000310/2025	Q28574864	-	INDEFERIDO
E09/000332/2025	Q28587744	-	INDEFERIDO
<b>JARI SESSÃO DIA 11/07/2025</b>			
<b>Nº PROCESSO</b>	<b>Nº NOTIFICAÇÃO</b>	<b>NOME DO REQUERENTE</b>	<b>JULGAMENTO</b>
E09/000331/2025	Q28586527	-	INDEFERIDO
E09/000330/2025	Q28586526	-	INDEFERIDO
E09/000329/2025	Q28586528	-	INDEFERIDO
<b>JARI SESSÃO DIA 14/07/2025</b>			
<b>Nº PROCESSO</b>	<b>Nº NOTIFICAÇÃO</b>	<b>NOME DO REQUERENTE</b>	<b>JULGAMENTO</b>
E09/000328/2025	Q28594730	-	DEFERIDO
E09/000431/2025	Q28563384	-	DEFERIDO
E09/000432/2025	Q28595011	-	INDEFERIDO
<b>JARI SESSÃO DIA 16/07/2025</b>			
<b>Nº PROCESSO</b>	<b>Nº NOTIFICAÇÃO</b>	<b>NOME DO REQUERENTE</b>	<b>JULGAMENTO</b>
E09/000443/2025	Q28593770	-	DEFERIDO
E09/000446/2025	Q28594622	-	INDEFERIDO
E09/000447/2025	Q28594524	-	INDEFERIDO

Livia de Oliveira Silva  
Presidente da Jari

**Atos do Poder Legislativo**

**Republicado por incorreição no DOQ 165/25 de 03 de setembro de 2025.**

**ATO nº069/2025**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADOS - RJ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais; **PUBLIQUE-SE** de acordo com o artigo 125 Parágrafo primeiro do **REGIMENTO INTERNO**, a **ORDEM DO DIA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2025**:

**PROJETO DE LEI Nº113/2025 – MSG. Nº012/2025**

**Autor: Poder Executivo**

**Assunto: “Dispõe sobre a Gestão Democrática da Educação Pública Municipal de Queimados”.**



**CAPÍTULO I  
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**Art. 1º.** Institui a Gestão Democrática da Educação Pública Municipal de Queimados, na forma desta Lei e em consonância com o Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, e estabelece diretrizes e parâmetros para a sua operacionalização.

**Art. 2º.** Para os efeitos desta lei, compreende-se Gestão Democrática como o conjunto de princípios, processos, instrumentos e mecanismos mobilizados para estimular a participação, a constituição e fortalecimento de conselhos, instâncias colegiadas como instrumentos de participação, monitoramento e fiscalização da gestão educacional.

§1º A Gestão Democrática abrange necessariamente a participação dos profissionais da educação, de estudantes, dos Conselhos Escolares e de toda comunidade educacional, bem como entidades representativas do campo educacional, na discussão, na elaboração, na implementação e na avaliação de planos e políticas educacionais e projetos pedagógicos.

§2º São entidades representativas do campo educacional:

- a. Conselhos Municipais da Educação – CME, CAE e CACS FUNDEB;
- b. SEPE;
- c. APAE;
- d. Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores;

**CAPÍTULO II  
DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 3º.** São princípios da gestão democrática:

- I.Participação: Envolvimento de todos os atores da comunidade escolar na gestão e nas decisões da escola.
- II.Transparência: A gestão deve ser transparente, com informações claras sobre as decisões e processos.
- III.Democracia: A tomada de decisões deve ser baseada em princípios democráticos, com a participação e o envolvimento efetivo de toda a comunidade escolar.
- IV.Divisão de responsabilidades: A gestão não deve ser centralizada, mas sim distribuída entre os diferentes atores da comunidade escolar.
- V.Descentralização: As decisões devem ser tomadas em nível local, com a participação da comunidade escolar, e não apenas pela direção.
- VI.Valorização do profissional da educação: Os professores e outros profissionais da educação devem ser valorizados e ouvidos na gestão da escola.
- VII.Laicidade - A gestão escolar será desenvolvida com autonomia entre a política e a religião, e também como elemento de neutralidade que permita a manifestação das diversas opiniões, seja de religiosos, agnósticos, ateus, ou de quaisquer outras correntes políticas ou doutrinárias.

Parágrafo Único. A gestão democrática visa garantir que a escola atenda às necessidades e desejos da comunidade escolar, promovendo um ambiente de aprendizagem mais justo, participativo, eficaz, com equidade e inclusão.

**Art. 4º** A Gestão Democrática se concretizará a partir das peculiaridades da Rede Municipal de Ensino, considerando:

- I – a participação efetiva dos profissionais da educação na elaboração do Plano Municipal de Educação e no Projeto Político Pedagógico das escolas, bem como nos diferentes níveis de gestão e nos diferentes conselhos da educação – CACS FUNDEB, CAE e CME;
- II – a participação efetiva da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares;
- III – o provimento em função de Diretor(a) Escolar exclusivo a titular de cargo efetivo da carreira própria de profissionais do magistério da rede municipal de ensino e que considere a aprovação no processo de seleção a partir dos critérios técnicos definidos pela Secretaria Municipal de Educação e, também, o resultado da consulta pública, com a participação direta da comunidade escolar, constituída por professores, servidores lotados na instituição, alunos maiores de 14 anos, pais, mães e responsáveis pela matrícula;
- IV – o funcionamento regular de fóruns permanentes de educação, conselhos de educação e grêmios estudantis ou outros colegiados intraescolares; e
- V – o fortalecimento do relacionamento solidário, de confiança e de respeito entre profissionais da educação, estudantes e toda a comunidade.

§1º. Compreende-se por comunidade escolar aquela formada por todos os sujeitos diretamente envolvidos com a escola, ou seja, gestores, professores, demais profissionais da educação, estudantes e seus pais ou responsáveis.

§2º - Compreende-se por comunidade local aquela que abrange os diversos segmentos sociais do entorno da escola — moradores, associações de bairro, organizações não governamentais, espaços religiosos, empresas locais, entre outros — que, mesmo não estando diretamente ligados à escola, interagem com ela e compartilham responsabilidades na formação cidadã dos estudantes.

**CAPÍTULO III  
DAS DIRETRIZES**

**Art. 5º.** São diretrizes da Gestão Democrática:

- I.compromisso com a oferta de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa;
- II.democratização das relações pedagógicas e de trabalho, com respeito à pluralidade, à diversidade, aos direitos humanos e ao princípio da laicidade;
- III.fortalecimento de decisões colegiadas e de processos de interação cooperativa entre os diversos segmentos da comunidade educacional, em todos os níveis e estruturas;
- IV.transparência e controle social na formulação e execução da política educacional e da proposta pedagógica;
- V.valorização das contribuições e da capacidade associativa dos estudantes;
- VI.valorização dos profissionais da educação e de sua participação nas instâncias decisórias;
- VII.compromisso compartilhado com a qualidade da oferta educacional e com a aprendizagem dos estudantes;



- VIII.garantia de infraestrutura e demais condições objetivas para funcionamento de conselhos, fóruns, grêmios estudantis e afins.  
IX.respeito às especificidades das populações do campo, jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escolaridade obrigatória na idade própria;  
X.garantia de perspectiva inclusiva para atendimento às pessoas com deficiência e respeito à diversidade de gênero, raça, cor e etnia;  
XI.gestão informatizada e transparência na execução financeira, observada a articulação entre os respectivos planos decenais de educação e os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;  
XII.avaliação participativa da gestão escolar e educacional que considerará a avaliação institucional e o processo de avaliação dialógica, entre outros aspectos;  
XIII.realização de Conferências Municipais de Educação;  
XIV.garantia da autonomia das escolas na gestão pedagógica, administrativa e financeira;  
XV.reconhecimento da importância das ações de formação continuada para o aprimoramento dos profissionais que atuam na gestão escolar.

#### CAPÍTULO IV DOS CONSELHOS

##### SEÇÃO I CONSELHO DE EDUCAÇÃO

**Art. 6º.** O Município garantirá, no âmbito de sua atuação, a existência e o funcionamento ininterrupto dos conselhos de educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselho Municipal de Educação.

§ 1º Os conselhos de educação têm natureza consultiva, deliberativa, normativa, propositiva e fiscalizadora, assegurada, na sua composição, necessariamente, a participação democrática de representantes de profissionais da educação, estudantes, responsáveis e sociedade civil.

§ 2º. Os conselhos da educação possuem, entre outras, as seguintes atribuições:

- I – acompanhar e exercer controle social, nos limites de suas prerrogativas, de atos praticados pelo poder executivo;
- II – acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos oriundos da vinculação orçamentária, de convênios, doações e outros repasses direcionados à educação;
- III – fiscalizar a compatibilidade do Plano Municipal de Educação em relação ao Plano Nacional de Educação; e
- IV – editar normas educacionais, nos limites de suas atribuições definidas em lei;

##### SEÇÃO II DOS CONSELHOS ESCOLARES

**Art. 7º.** Institui os Conselhos Escolares das instituições de ensino da Rede Pública Municipal de Queimados em conformidade com o disposto no art. 14, §1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

**Art. 8º.** Os Conselhos Escolares das instituições de ensino do Município de Queimados serão constituídos de acordo com o art. 206, inciso VI da Constituição Federal de 1988, e nas disposições contidas no art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

§ 1º. O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscal, mobilizadora e pedagógica, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seu presidente e demais membros do Conselho.

§ 2º. O Conselho Escolar, com personalidade jurídica própria, exercerá a função de Unidade Executora e terá, entre outras atribuições, a competência para administrar, de acordo com as normas legais, os recursos financeiros provenientes de subvenções, convênios, doações, arrecadações da entidade, dos programas federais ou recursos próprios destinadas à manutenção e ao desenvolvimento da educação.

§ 3º. O Conselho Escolar poderá ser composto por:

- I.Diretor Escolar (membro nato)
- II.Professores, orientadores e supervisores;
- III.Demais servidores públicos que exerçam atividades na escola;
- IV.Estudantes;
- V.Pais ou responsáveis;
- VI.Membros da comunidade local.

§ 4º Os Conselhos Escolares deverão atuar conforme Estatuto dos Conselhos Escolares, publicado pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO V DOS FÓRUNS

**Art. 9º.** Institui os Fóruns Permanentes da Educação pública municipal de Queimados, sendo estes:

- a- Fórum Municipal de Educação
- b- Fórum de Conselhos Escolares
- c- Fórum de Diretores Escolares

**Art. 10.** Aos Fóruns Permanentes da Educação serão assegurados as condições e os meios de funcionamento regular.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Educação publicará edital para condução dos membros que farão parte da primeira composição dos respectivos fóruns.

§2º. Caberá ao Prefeito Municipal, em ato próprio, dar publicidade dos membros que farão parte dos Fóruns Permanentes da Educação.



§ 3º. Quando da primeira composição, caberá a estes a constituição de estatuto ou regimento próprio que disciplinará sobre o funcionamento dos respectivos fóruns.

### SEÇÃO I DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 11.** O Fórum Municipal de Educação, de caráter permanente, será um espaço de interlocução e diálogo com a sociedade, responsável pelo acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação, pela análise e proposição de políticas e por promover a articulação da Conferência Nacional de Educação, etapa municipal.

**Art. 12.** O Fórum Municipal de Educação tem natureza consultiva, articuladora e mobilizadora e possui as seguintes atribuições:

- I - acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas;
- II - promover a articulação da Conferência Nacional e Municipal de Educação, em sua esfera de competência;
- III - acompanhar a definição de parâmetros de financiamento da educação de todas etapas e modalidades, na esfera municipal;
- IV - acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Nacional de Educação etapa municipal;
- V - promover a articulação entre os fóruns municipais.

**Art.13.** O Fórum Municipal de Educação será composto por:

- I – Secretário Municipal de Educação ou representante indicado pelo titular da pasta;
- II – 1 (um) representante da Subsecretaria Adjunta de Assuntos Educacionais - SEMED;
- III - 1 (um) representante da Subsecretaria Adjunta de Inovação e Tecnologia - SEMED;
- IV – 1 (um) representante da Subsecretaria Adjunta Financeira – SEMED;
- V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação
- VI - 1 (um) representante do CACS FUNDEB;
- VII - 1 (um) representante do CAE;
- VIII – 1 (um) representante das instituições privadas de Educação Infantil – indicado pela mantenedora;
- IX – 1 (um) professor da Educação Infantil da rede municipal de ensino;
- X – 1 (um) professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino;
- XI – 1 (um) professor dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino;
- XII - 1 (um) professor da Fase Inicial da Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino;
- XIII – 1 (um) professor da Fase Final da Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino;
- XIV - 1 (um) representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro - SEPE;
- XV - 1 (um) representante do Fórum Municipal de Diretores;
- XVI – 1(um) representante do Fórum dos Conselhos Escolares;
- XVII – 1 (um) representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MP/RJ – Comarca de Queimados;
- XVIII – 1 (um) representante da Secretaria Estadual de Educação -indicado pela Regional Metropolitana I;
- XIX – 1 (um) representante, de instituição privada de ensino superior com sede no Município de Queimados;
- XX – 1 (um) representante, de instituição pública de ensino superior com atuação no Estado do Rio de Janeiro.
- XXI - 1 (um) representante da sociedade civil organizada em atuação há pelo menos 12 meses.
- XXII – 1 (um) representante da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores de Queimados.

**Art. 14.** O Município garantirá, no âmbito de sua atuação, a realização de Conferência Nacional de Educação, etapa municipal, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, em cada decênio.

§ 1º. A Conferência Nacional de Educação, etapa municipal, é espaço para avaliar a execução do Plano Municipal de Educação e para subsidiar a elaboração do referido plano para o decênio subsequente.

§ 2º. A promoção da Conferência Nacional de Educação, etapa municipal, contará com assistência técnica e financeira do Município, considerando os recursos aprovados no orçamento correspondente.

### SEÇÃO II DO FÓRUM DE CONSELHOS ESCOLARES

**Art. 15.** O Fórum dos Conselhos Escolares é um colegiado de caráter deliberativo, consultivo, fiscalizador, mobilizador e pedagógico que tem como finalidades o fortalecimento dos Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades escolares e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação, norteado pelos seguintes princípios:

- I – democratização da gestão escolar;
- II – democratização do acesso e permanência do educando;
- III – qualidade social da educação.

**Art. 16.** O Fórum dos Conselhos Escolares será composto por:

- I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- II – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- III – 1 (um) representante do Fórum de Diretores Escolares;
- IV - 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar, sendo obrigatoriamente 1 (um) aluno ou pais e/ou responsáveis.

### SEÇÃO III FÓRUM DE DIRETORES ESCOLARES

**Art. 17.** O Fórum de Diretores Escolares é um colegiado de caráter deliberativo, consultivo e propositivo que tem como finalidade o fortalecimento e efetivação do processo democrático nas unidades escolares, com vista a melhorar a qualidade da educação, norteado pelos seguintes princípios:



- I – fortalecimento da gestão escolar;
- II – democratização da gestão escolar;
- III – qualidade social da educação.

**Art. 18.** O Fórum de Diretores Escolares será composto de:

- I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação indicados pelo Secretário Municipal;
- II – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- III - 1 (um) representante do CACS FUNDEB;
- IV - 1 (um) representante do CAE;
- V – 5 (cinco) Diretores Escolares das unidades públicas municipais;
- VI – 1 (um) Diretor das unidades escolares privadas, indicado pela mantenedora;
- VII – 1 (um) Diretor das unidades estaduais no município, indicados pela SEEDUC - Regional Metropolitana I.

**CAPÍTULO VI**  
**DO PROCESSO CONSULTIVO PARA ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES.**

**Art. 19.** A Direção Escolar será composta por:

- a. Diretor(a) Geral;
- b. Diretor Adjunto.

§1º – Para participar do processo consultivo, os interessados deverão compor chapa, com inscrição para diretor geral e diretor adjunto.

§2ª – As Unidades Escolares farão jus a Diretor Adjunto conforme regulamentação de estrutura.

**Art. 20.** São princípios do Processo Consultivo para a Direção Escolar:

- a. Meritocracia: somente poderão ocupar os cargos da Direção Escolar os profissionais da educação que possuam uma trajetória íntegra e que tenham executado suas funções com competência, trazendo resultados relevantes para a educação pública municipal;
- b. Habilitação e Competência Técnica: somente poderão ocupar os cargos da Direção Escolar os profissionais que tenham habilitação e as competências técnicas necessárias para as respectivas funções, avaliadas por meio de prova escrita e análise documental, conforme regulamentação do processo consultivo a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo;
- c. Participação da Comunidade Escolar: as chapas aprovadas deverão passar por processo consultivo público, que contará com quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um dos votantes aptos da Comunidade Escolar;

**Art. 21.** O processo consultivo para a Direção Escolar – Geral e Adjunto da rede municipal de Queimados obedecerá aos seguintes critérios:

- I. O processo consultivo para escolha da Direção Escolar, ocorrerá a cada 03 (três) anos.
- II. O mandato dos diretores que forem designados pelo prefeito, por processo consultivo, terá prazo máximo de 3 (três) anos, permitida a recondução por mais dois mandatos.
- III. O mandato para quaisquer dos cargos de Direção Escolar, designados pelo prefeito de forma interina, não poderão ultrapassar o prazo máximo de 3 (três) anos.
- IV. O processo consultivo será organizado em 3 (três) etapas, sendo estas:

- a. Etapa 1: Análise da Avaliação Funcional e das Habilitações Técnicas;
- b. Etapa 2: Prova de Conhecimentos Técnicos;
- c. Etapa 3: Consulta Pública;

V. É vedado o provimento, em função de Diretor Escolar, de profissional que tenha processo administrativo transitado e julgado e que tenha sofrido penalidade.

VI - O processo consultivo de que trata o "caput" deste artigo, ocorrerá nas Unidades Escolares que apresentarem candidatos aptos a concorrerem ao pleito da rede pública municipal, nos últimos 30 (trinta) dias do período letivo do ano em que se desenvolver o referido processo.

VII - O processo consultivo se efetivará através de voto direto, secreto e facultativo, sendo proibido voto por representação.

**Art. 22 -** Poderão concorrer ao Processo Consultivo de Diretor Escolar os candidatos que preencham os seguintes requisitos:

- I. serem membros do magistério público municipal de Queimados por pelo menos 04 (quatro) anos;
- II. estarem em exercício na Unidade Escolar onde concorre o Processo Consultivo de Diretor por, no mínimo, 02 (dois) anos;
- III. Ser Licenciado e com Especialização em uma das seguintes áreas de formação: Administração Escolar, Gestão Escolar, Gestão Integrada, Coordenação Educacional ou Administração, em curso de Pós-Graduação com um mínimo de 360 horas, obtido em Instituição Credenciada pelo MEC;

§ 1º - Os Diretores aprovados deverão possuir disponibilidade para atuar, 40 (quarenta) horas semanais, considerando o horário de funcionamento da Unidade Escolar.

§ 2º - Nenhum candidato poderá concorrer simultaneamente em mais de uma Unidade Escolar.

**Art. 23 -** São votantes aptos:

- I. todos os servidores públicos em efetivo exercício na Unidade Escolar;
  - II. os alunos devidamente matriculados com idade superior a 14 (quatorze) anos;
  - III. os pais e/ou responsáveis por alunos com idade inferior a 14 (quatorze) anos.
- § 1º - Terá direito a apenas 01 (um) voto o pai/responsável por mais de 01 (um) aluno matriculado na Unidade Escolar.
- § 2º - Terá direito a apenas 01 (um) voto o servidor em regime de acumulação na Unidade Escolar, bem como o servidor que figurar também como aluno ou responsável na mesma Unidade Escolar.

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**  
**ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

**D.O.Q.**

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



**Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 13**

**Art. 24** - O Prefeito designará Direção Interina nas seguintes hipóteses:

- I - quando ocorrerem, na Unidade Escolar, circunstâncias ou irregularidades que justifiquem o afastamento do Diretor Geral ou Adjunto;
- II - quando ocorrer vacância;
- III - quando não houver processo consultivo no período previsto pela presente Lei, por falta de candidatos aptos à função de Direção Escolar.
- IV - Quando o Diretor Geral ou Adjunto solicitar exoneração da função;
- V - Em caso de Unidade Escolar recém-criada;
- VI - No caso de não obtenção do quantitativo mínimo de votos no processo consultivo, seja de quórum ou de aprovação;

§ 1º - Ocorrendo a hipótese do inciso I, apurados os fatos que determinam o afastamento do Diretor Geral ou do Adjunto, tendo sido os motivos considerados injustos, poderá o mesmo ser reconduzido para concluir o mandato, devendo a autoridade levar em conta a necessidade de harmonia na Unidade Escolar para o perfeito desempenho das atividades pedagógicas.

**Art.25** - A Secretaria Municipal de Educação designará Comissão de Processo Consultivo Geral para orientar e acompanhar o processo consultivo nas Unidades Escolares.

**Art. 26** - Caso a Comissão de Processo Consultivo Geral designada pela Secretaria Municipal de Educação aponte em relatório conclusivo vício de procedimento que comprometa a lisura do processo consultivo, o Secretário Municipal de Educação poderá anular o Processo Consultivo na Unidade Escolar convocando, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, novo Processo Consultivo e designando servidores para dirigir o processo consultivo.

**Art. 27** - A Secretaria Municipal de Educação deverá baixar cronograma e normas complementares durante o ano em que transcorrer o processo consultivo.

§ 1º - Se a votação for marcada para dia útil, deverá cobrir todo o horário de funcionamento normal da Unidade Escolar e, caso a mesma não tenha o turno da noite, o período de votação deverá finalizar às 17h00.

§ 2º - Se a votação for marcada para sábado ou domingo deverá ocorrer no horário de 8h às 17h.

**Art. 28** - Obedecendo ao cronograma estipulado pela Secretaria Municipal de Educação para o processo consultivo, a Direção em exercício convocará Assembleia Geral de servidores, pais e alunos aptos a votar para escolha da Comissão de Processo Consultivo Interna da Unidade Escolar.

**Art. 29** - A Comissão de Processo Consultivo Interna será composta dos seguintes membros:

- a) 02 (dois) representantes dos membros do magistério em efetivo exercício na Unidade Escolar;
- b) 02 (dois) representantes dos alunos, maiores de 14 (quatorze) anos, e/ou responsáveis;
- c) 02 (dois) representantes dos demais servidores em efetivo exercício na Unidade Escolar.

§ 1º - Caberá ao Conselho Escolar acompanhar o processo de formação da Comissão de Processo Consultivo Interna, bem como todo o processo consultivo.

**Art. 30** - A Comissão de Processo Consultivo Interna conduzirá o processo consultivo e responsabilizar-se-á por:

- I. por divulgar o cronograma do processo consultivo;
- II. elaborar as listas de votantes;
- III. receber as inscrições de candidatos;
- IV. realizar assembleias necessárias ao processo consultivo;
- V. garantir liberdade de propaganda;
- VI. enviar informações à Secretaria Municipal de Educação;
- VII. cumprir as decisões das assembleias, respeitadas as disposições desta lei, normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e a legislação em vigor;
- VIII. guardar e zelar pelo material a ser utilizado no processo consultivo;
- IX. realizar a votação;
- X. verificar o quórum;
- XI. apurar os votos;
- XII. proclamar o aprovado;
- XIII. lavrar a Ata de votação em livro próprio, anotando as ocorrências;
- XIV. entregar as cédulas e material de votação (Ata de Apuração e listagem com assinatura dos votantes) à Secretaria Municipal de Educação;
- XV. arquivar na Unidade Escolar o material relativo ao processo consultivo pelo período mínimo de 03 (três) anos.

**Art. 31** - Ficam a Direção Escolar e os demais órgãos da Unidade Escolar obrigados a prestar todas as informações que a Comissão de Processo Consultivo Interna solicitar, no âmbito de sua competência.

Parágrafo único - Os trabalhos burocráticos da Comissão de Processo Consultivo Interna serão realizados por servidores da Unidade Escolar indicados pela Direção.

**Art. 32** - Compete à Comissão de Processo Consultivo Interna receber os pedidos de impugnação, examiná-los e emitir parecer sobre encaminhamento cabível, entregando-os à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - Da decisão da Comissão de Processo Consultivo Interna cabe recurso à Comissão de Processo Consultivo Geral, que ouvirá o impugnador, o impugnado e a Comissão de Processo Consultivo Interna da Unidade Escolar e emitirá decisão em 03 (três) dias úteis a contar do recebimento do recurso.

**Art. 33** - Os votos serão colhidos em uma única urna, por cada Unidade Escolar.

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**  
**ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

**D.O.Q.**

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



**Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 14**

**Art. 34** - A Comissão de Processo Consultivo Interna colocará à disposição de todos os votantes e candidatos a relação dos votantes aptos a votar até, pelo menos, 10 (dez) dias antes da data prevista para a realização do processo consultivo.

§ 1º - Quem se julgar apto a votar e não tiver seu nome na relação elaborada pela Comissão de Processo Consultivo Interna disporá de 03 (três) dias corridos a contar da divulgação para recorrer.

§ 2º - O servidor já listado como votante em uma Unidade Escolar, transferindo-se para outra em prazo suficiente para habilitar-se ao voto, só poderá votar na Unidade Escolar em exercício atual e considerando o disposto no caput deste artigo.

**Art. 35** - A apuração será efetuada imediatamente após o encerramento da votação em sessão pública e única, no mesmo local da votação.

**Art. 36** - Caberá à Secretaria Municipal de Educação:

- I. garantir o cumprimento desta lei, prestando todo apoio necessário às Comissões dos Processos Consultivos e comunidade escolar;
- II. fazer chegar aos interessados todo material para as consultas;
- III. garantir os horários de início e término dos processos consultivos;
- IV. dar todo apoio às Comissões dos Processos Consultivos Internas para perfeita divulgação e consecução dos procedimentos consultivos;
- V. arquivar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, as cópias das Atas relativas aos processos consultivos realizados nas diversas Unidades Escolares.

**Art. 37** - Os procedimentos para a efetivação das inscrições dos candidatos à Direção Escolar deverão obedecer aos seguintes critérios:

- I. a inscrição será efetuada perante a Comissão de Processo Consultivo Interna da Unidade Escolar, no período estipulado em cronograma determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- II. no ato da inscrição, os candidatos deverão anexar à ficha de inscrição:

- a) comprovação documental do preenchimento dos requisitos do art. 22º desta lei;
  - b) plano de gestão elaborado dentro dos princípios educacionais adotados pela Secretaria Municipal de Educação;
  - c) declaração expedida pela Secretaria Municipal de Educação que ateste conferência de documentos apresentados conforme firmados nos artigos 21 e 22 desta lei;
  - d) declaração pessoal de disponibilidade para cumprimento do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.
- III. as inscrições efetuadas serão encaminhadas pelas Comissões de Processo Consultivo Internas à Comissão de Processo Consultivo Geral que emitirá parecer pelo deferimento ou indeferimento das candidaturas, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.

**Art. 38** - Os Diretores e Diretores Adjuntos em exercício, que se enquadram nos pré-requisitos à inscrição como candidatos ao Processo Consultivo de Diretor, só serão considerados aptos à candidatura após apresentarem à Secretaria Municipal de Educação as seguintes documentações:

- I. Relatório Anual dos 03 (três) últimos anos;
- II. Projeto Político-Pedagógico atualizado, com parecer favorável da SEMED;
- III. Plano de Ação da Equipe Técnico-Pedagógica do ano corrente, com parecer favorável da SEMED;
- IV. Livro Ata de Regularização de Vida Escolar com os devidos registros referentes aos 03 (três) últimos anos;
- V. Parecer favorável emitido pela Comissão de Avaliação do Desenvolvimento da Gestão Educacional (CADEGE), fundamentado na execução do contrato de gestão, referente à ação do Diretor e Diretor Adjunto.
- VI. Declaração da SEMAD de que não possui processo administrativo transitado e julgado com penalidade.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação emitirá declaração de conferência da referida documentação que deverá ser apresentada, pelo candidato, à Comissão de Processo Consultivo Interna no ato da sua candidatura, sendo anexada à ficha de inscrição.

**Art. 39** - Os Orientadores Pedagógicos, Orientadores Educacionais, Professores Regente de Turma Regular, Professores Implementadores Pedagógicos e Dirigentes de Turno, que se enquadrarem nos pré-requisitos à inscrição como candidatos à função de Direção Escolar, só serão considerados aptos à candidatura após apresentarem à Secretaria Municipal de Educação as seguintes documentações:

I - Para Orientadores Educacionais e Pedagógicos:

- a) Relatório referente ao último triênio que registre ações e projetos desenvolvidos;
- b) Ata própria com o registro de acompanhamento e intervenções relativas à frequência, dificuldades de aprendizagem e desempenho global dos alunos, orientação e acompanhamento dos registros nos Diários de Classe;
- c) Assinatura nas avaliações dos estudantes e vistoria nos diários virtuais;
- d) Relatório da Direção Escolar comprovando a atualização dos seguintes documentos:
  - d.1. Livro Ata de Regularização de Vida Escolar com os devidos registros referentes aos três últimos anos;
  - d.2. Livro de Registro das Reuniões Pedagógicas referentes aos três últimos anos;
  - d.3. Livro de Registro das Intervenções da Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica referentes aos três últimos anos;
  - d.4. Livro Ata de Conselhos de Classe referente aos três últimos anos;
- e) Declaração de assiduidade e pontualidade expedida pela Secretaria Municipal de Educação;
- f) Declaração da SEMAD de que não possui processo administrativo transitado e julgado com penalidade.

II - Para Professores Regente de Turma Regular:

- a) Relatório referente ao último triênio que registre: projetos desenvolvidos e índices de aproveitamento da turma (índices de promoção e retenção, resultado das avaliações externas);
- b) Declaração de assiduidade e pontualidade expedida pela Secretaria Municipal de Educação;
- c) Relatório da Direção Escolar e ETAP, comprovando a apresentação de planejamento e plano de atividades do ano em curso, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**  
**ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

**D.O.Q.**

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



**Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 15**

d) Declaração do Diretor junto e Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica quanto à apresentação dos registros atualizados no Diário de Classe e, quando for o caso, dos Relatórios Individuais dos alunos e PEI.

e) Declaração da SEMAD de que não possui processo administrativo transitado e julgado com penalidade.

III- Para Professor Implementador Pedagógico:

a) Relatório referente ao último triênio que registre: ações e projetos desenvolvidos na Implementação Pedagógica específica;

b) Relatório da Direção Escolar e ETAP, comprovando a apresentação de planejamento e plano de atividades do ano em curso, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;

c) Declaração de assiduidade e pontualidade expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

d) Declaração da SEMAD de que não possui processo administrativo transitado e julgado com penalidade.

IV – Para Dirigente de Turno:

a) Relatório referente ao último triênio que registre: ações e projetos desenvolvidos; participações das atividades no turno; na coordenação da rotina escolar; no planejamento pedagógico-administrativo e no Conselho de Classe;

b) Declaração de assiduidade e pontualidade expedida pela Secretaria Municipal de Educação;

c) Declaração da SEMAD de que não possui processo administrativo transitado e julgado com penalidade

**Art. 40** - No dia do pleito, a mesa de votação será composta por pessoas do próprio corpo de votantes, credenciados pela Comissão de Processo Consultivo Interna.

§ 1º - Os próprios mesários designarão entre si o Presidente e o Secretário da mesa.

§ 2º - Em caso de ausência temporária, o Presidente será substituído pelo Secretário, que responderá pela ordem e regularidade do processo consultivo.

§ 3º - Não poderão ausentar-se simultaneamente o Presidente e o Secretário.

§ 4º - Não poderão compor a mesa de votação os candidatos ao Processo Consultivo.

**Art. 41** - Compete às mesas de votação:

I. solucionar imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;

II. autenticar, com suas rubricas e carimbo da Unidade Escolar, as cédulas oficiais;

III. verificar, no momento da votação, a identidade dos votantes relacionados na lista de votação;

IV. concluída a votação, remeter toda documentação referente ao Processo Consultivo para a mesa apuradora, designada pela Comissão de Processo Consultivo Interna.

**Art. 42**- Para cada grupo de 250 (duzentos e cinquenta) votantes será constituída uma mesa de votação.

**Art. 43** - As mesas de votação serão instaladas em local adequado, assegurada a privacidade necessária à votação secreta do votante.

§ 1º - Em cada mesa de votação, haverá uma listagem de votantes, nunca superior a 250 (duzentos e cinquenta), organizada pela Comissão de Processo Consultivo Interna.

§ 2º - Nas dependências da Unidade Escolar, durante todo o processo consultivo, não será permitida qualquer tipo de propaganda, aliciamento ou convencimento dos votantes.

§ 3º - Não é permitido o voto em separado.

§ 4º - Os mesários não poderão rubricar cédulas no ato da sua entrega ao votante.

**Art. 44** - Após a identificação, o votante assinará listagem de votantes, recebendo uma cédula oficial carimbada e rubricada, onde consignará seu voto, de maneira pessoal, secreta, depositando-a na urna própria.

Parágrafo único - Só serão admitidos votos em cédula nos padrões oficiais da Secretaria Municipal de Educação, com carimbo identificador da Unidade Escolar e rubrica de um dos mesários.

**Art. 45** - Cada candidato poderá escolher 02 (dois) votantes, previamente credenciados pela Comissão de Processo Consultivo Interna para fiscalizar o pleito e observar as eventuais irregularidades, que serão comunicadas ao Presidente da mesa para anotação no livro Ata de registro do processo consultivo.

**Art. 46** - Terminado o horário de votação, o Presidente da mesa deverá providenciar a distribuição de senhas aos presentes, habilitando-os a votar.

Parágrafo único - Fica impedido de votar o votante que comparecer após a distribuição das senhas.

**Art. 47** - Os trabalhos da mesa de votação poderão ser encerrados antes do horário preestabelecido, desde que compareçam todos os relacionados na listagem de votantes aptos a votar.

**Art. 48** - A apuração será efetuada imediatamente após o encerramento da votação, em sessão pública e única, no mesmo local de votação.

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**  
**ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

**D.O.Q.**

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



**Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 16**

§ 1º - A mesa de apuração será constituída por 02 (dois) escrutinadores e 01 (um) auxiliar.

§ 2º - Fica vedada a participação de candidatos na mesa de apuração.

**Art. 49-** A apuração se iniciará com a verificação do quórum.

§ 1º - O pleito só terá validade se atingido quórum de 50% mais 01 (um) da relação de votantes aptos a votar.

§ 2º - Não tendo sido alcançado o quórum definido no parágrafo anterior, nova votação deverá ser realizada em um prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**Art. 50** - Será declarado vencedor o candidato que obtiver maioria simples dos votos válidos.

Parágrafo único - Na hipótese de empate, ocorrerá nova votação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**Art. 51** - Serão nulas as cédulas que:

- I. não corresponderem ao modelo oficial;
- II. contiverem a marcação de mais de um candidato;
- III. contiverem expressões, frases ou palavras registradas pelo votante;
- IV. não estiverem rubricadas pela mesa de votação;
- V. não trouxerem o carimbo com o nome da Unidade Escolar.

**Art. 52** - Concluídos os trabalhos, será lavrada a Ata de Apuração, devendo a mesa apuradora encaminhar à Comissão de Processo Consultivo Interna o material da consulta.

**Art. 53** - Para que o resultado do processo consultivo seja ratificado pelo Secretário Municipal de Educação, visando a designação pelo Prefeito, a chapa vencedora do processo consultivo deverá, obrigatoriamente, frequentar o curso de gestão realizado pela Secretaria Municipal de Educação, obtendo frequência de 100%.

**Art. 54** - Encerrado o processo consultivo em todas as suas etapas, incluindo a realização de curso de gestão, a Comissão de Processo Consultivo Geral encaminhará o resultado dos Processos Consultivos ao Secretário Municipal de Educação.

Parágrafo único - A designação dos Diretores Escolares, pelo Prefeito, poderá ocorrer através de ato coletivo e a posse ocorrerá em cerimônia oficial com data a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 55** - O Prefeito homologará o resultado do processo consultivo de cada Unidade Escolar após cumpridas as seguintes etapas:

- I. tenha apresentado plano de gestão de acordo com as normas da SEMED;
- II. aprovado em avaliação prévia de conhecimentos educacionais e de gestão;
- III. realização do processo consultivo;
- IV. realização do curso de formação definido pela SEMED;

§ 1º Após a homologação, a chapa vencedora deverá assinar o contrato de gestão.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 56.** O mandato dos membros dos Fóruns que trata esta lei terá a duração 02 (dois) anos e seu funcionamento e a periodicidade das reuniões constará do Regimento próprio de cada fórum.

**Art. 57.** O mandato, condução e recondução ao exercício das funções de coordenação geral ou presidência, quando couber constará do Regimento próprio de cada fórum.

**Art. 58.** As despesas relativas ao funcionamento dos conselhos de educação e dos fóruns permanentes de educação serão previstas no orçamento anual do município.

**Art. 59.** A participação nos conselhos de Educação, Conselhos Escolares e fóruns permanentes de educação é função de relevante interesse público.

**Art. 60.** A primeira composição dos Fóruns que trata a presente lei, será organizada por comissão constituída por portaria do Secretário Municipal de Educação.

**Art. 61.** A candidatura dos profissionais do magistério será computada por CPF e não por matrícula.

**Art. 62.** É possível o afastamento preventivo de membros da Direção Escolar nos seguintes casos:

- a. Conforme previsto no Art. 156 da Lei 1060/2015;
- b. No caso de intervenção sugerida pela CADEGE e acolhida pela Diretoria de Supervisão e Acompanhamento da Gestão Escolar e pelo Secretário Municipal de Educação.

**Art. 63.** É cabível a intervenção nos seguintes casos:

- a. Não cumprimento dos deveres do servidor público, conforme descrito no Art. 125 da Lei 1060/2011;
  - b. Não atendimento ao previsto no Art. 126 da Lei 1060/2011;
  - c. Descumprimento das atribuições da Direção Escolar, conforme Regimento Interno das Unidades Escolares;
  - d. Utilização indevida dos recursos financeiros ou materiais da Unidade Escolar.
- §1º A intervenção terá caráter preventivo por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, período no qual deverá ser realizada pela CADEGE relatório apontando as fragilidades e responsabilidades da Direção Escolar;

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**  
**ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

**D.O.Q.**

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



---

**Nº. 167 - Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025 - Ano XXXIV - Página 17**

---

§2º Após a realização do relatório, o mesmo será acolhido pelo Secretário Municipal de Educação, sendo em seguida encaminhado para o Conselho Escolar, que poderá deliberar acerca do afastamento definitivo da Direção Escolar;

§3º O julgamento do Conselho Escolar deverá ser realizado por meio de reunião contendo, no mínimo, 80% de sua composição, pela qual serão ouvidos os Diretores Escolares e a equipe da CADEGE;

§4º No caso de afastamento definitivo da Direção Escolar, caberá ao Prefeito Municipal indicar os Diretores Interinos;

§5º Caso necessário, o relatório da CADEGE será utilizado para a abertura de Processo Administrativo.

**Art. 64.** Os membros da Direção Escolar serão destituídos da função caso sofram penalidades disciplinares, conforme previsto no Art. 136 da Lei 1060/2011.

**Art. 65.** Fica revogada a Lei Municipal Nº1278 de 2015 a partir da publicação desta lei.

**Art. 66.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**REQUERIMENTO Nº576/2025**

Autor: Ver. João Lemos

Assunto: Concessão de moção de aplausos aos Ilmos Pastores e Pastoras: Pastor: Célio Pimentel Filho (AD Ministério Shalom), Pastor: Alexandre Gonçalves Justino (AD Ministério Shalom), Pastor e Empresário: Aldimar Macedo da Silva (AD Ministério Shalom), Pastora e Professora: Heloisa Conceição dos Santos (AD Ministério Shalom), Pastora e Advogada: Solange de Abreu Silva (AD Ministério Shalom), Pastora e empresária: Maria Helena da Silva (AD Ministério Shalom), Pastora: Ângela Araujo (AD Ministério Shalom), Pastor: Alan Moraes ( Igreja Evangelica Missionária de Jesus Cristo), Pastor: Jorge Nunes da Natividade (Igreja Evangelica Missionária de Jesus Cristo), Pastor: Carlos André Pereira dos Santos (Ministério da Casa do Concerto), Pastor e Comerciante: Mauricio Ferreira Alves (AD Ministério Oliveira Verde), Pastora e Comerciante: Alessandra da Silva Leite (AD Ministério Oliveira Verde)

Queimados, 03 de Setembro de 2025.

**THOMAS JEFFERSON ALVES**  
Presidente da Câmara Municipal de Queimados